

NOTA DE APOIO DA FIOCRUZ À MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PRONARA NO ÂMBITO DO LANÇAMENTO DA 3º PLANAPO

O Pronara - Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos foi elaborado em 2014, fruto de um trabalho coletivo entre instituições de pesquisa e serviço, além de organizações da sociedade civil. Trata-se de um conjunto de medidas que visa à regulação da circulação dos agrotóxicos no país em diferentes formatos — fabricação, comercialização, uso e substituição — com o objetivo de proteger a saúde da população brasileira e conservar o meio ambiente.

Recentemente, a revogação da Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), substituída pela Lei 14.785/2023, foi motivo de preocupação durante toda a sua tramitação, sendo amplamente questionada por instituições técnico-científicas de grande relevância no país, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional de Câncer (Inca), além de organizações da sociedade civil, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras. A aprovação desta legislação fragiliza o marco regulatório desses produtos, limitando a efetividade de diversas políticas públicas fundamentais para a garantia de direitos essenciais à população brasileira: Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, entre outras.

Cabe destacar que, pelo menos desde 2008, o Brasil se projeta no cenário internacional como maior consumidor mundial de agrotóxicos, principalmente de produtos que outros países baniram devido aos graves danos à saúde e ao meio ambiente. Nesse contexto, a aprovação do Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos (Pronara) se coloca como a principal (talvez única, nesse novo ambiente regulatório), medida para prevenir e mitigar os danos decorrentes do uso dessas substâncias.

No entanto, desde 2014 houve quatro oportunidades de lançar o Pronara, mas o Ministério da Agricultura, sobrepondo-se às evidências científicas do campo da Saúde Coletiva e do Ambiente, tem obstaculizado o processo.

A Fiocruz possui um extenso arcabouço de documentos, produzidos pelo seu corpo de trabalhadoras e trabalhadores, em colaboração com outras organizações e instituições, que expõe cientificamente o impacto lesivo dos agrotóxicos e, por outro lado, revelam a agroecologia como promotora de saúde e bem viver. Alguns desses documentos - livros, artigos, notas técnicas de apoio e denúncia, entre outros, especialmente vinculados ao Pronara - estão listados abaixo.

Estamos em um momento de nova mobilização em torno do Pronara, impulsionado pelo lançamento do Terceiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Mais uma vez,

há divergências quanto ao seu lançamento, muitas delas pautadas pelo desconhecimento do conteúdo do programa. Por isso, o documento original do Pronara é o primeiro item listado. A Fiocruz compôs a comissão de elaboração do Pronara, assim como outras pesquisadoras e pesquisadores, e teve a oportunidade de contribuir no texto de forma indireta.

O Pronara está organizado em seis eixos de atuação. De forma sintética, destacamos as medidas mais importantes no âmbito da Saúde Coletiva:

Eixo 1 - Registro:

Embora a nova Lei de Agrotóxico restrinja o poder decisório dos órgãos de saúde e meio ambiente no registro de novos produtos e reanálise de registros e alterações da formulação, o Pronara propõe investimentos nesses órgãos com a finalidade de melhorar e qualificar os serviços prestados, tanto de avaliação quanto no monitoramento. Isso inclui a restrição de registro de produtos já proibidos em outros países.

Além disso, sugere estratégias para promover o registro de bioinsumos, no texto chamados de fitossanitários para a agricultura orgânica, que são fundamentais para a substituição de insumos e o fomento à transição agroecológica.

Eixo 2 - Controle, Monitoramento e Responsabilização de toda a cadeia produtiva:

Entre muitas propostas desse eixo, destacamos o fomento à estruturação de uma rede de laboratórios públicos capaz de *atender a necessidade de identificar e investigar a contaminação ou intoxicação por agrotóxicos de populações atingidas por essas substâncias, alimentos in natura, processados e ultraprocessados, de águas oceânicas, subterrâneas, da chuva, de rios e de lagos, animais domésticos e silvestres, ar e solo*” (Pronara, 2014). O agravamento do cenário de exposição também exige o fortalecimento e aprimoramento das ações de Vigilância em Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos, em sua articulação com a rede de cuidados em saúde, tanto nas situações de danos agudos, mas também da possibilidade de indução de doenças crônicas, incluindo aquelas relacionadas à saúde reprodutiva (Abrasco, 2023 e 2024), na perspectiva de uma ação territorializada e de gestão intersetorial e participativa.

Eixo 3 - Medidas Econômicas e Financeiras:

Considera a necessidade de maior taxação para novos registros, o Brasil é um dos países com os menores valores para registro de agrotóxicos no mundo. Propõe-se a criação de uma tributação para a manutenção de registros de produtos agrotóxicos no país, algo que atualmente não existe. Nesse âmbito, também é fundamental implementar a tributação sobre produtos e processos poluidores e direcionar os recursos arrecadados para as áreas

mais afetadas, como o Serviço Único de Saúde (SUS), responsável pelo diagnóstico, tratamento e cuidado das pessoas expostas.

Eixo 4 – Desenvolvimento de Alternativas:

A implementação de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos, implica na promoção da agroecologia e de processos pautados na sustentabilidade produtiva, mas também a criação de territórios-observatórios, nos quais será possível identificar indicadores para o monitoramento de saúde e da qualidade ambiental.

Nesse sentido, é fundamental aumentar a disponibilidade de insumos e tecnologias voltadas para modos de produção agrícola que não utilizem agrotóxicos, fertilizantes e organismos geneticamente modificados. Uma das propostas mais importantes é a intensificação do registro dos bioinsumos, como já mencionado.

Eixo 5 - Informação, Participação e Controle Social:

Assim como na própria elaboração do Pronara, o documento propõe medidas para a participação social para gestão das políticas públicas que versam sobre os agrotóxicos. Contudo, compreende que para que haja participação qualificada, é imprescindível garantir processos assertivos de informação e comunicação com a sociedade.

Portanto, reflete a necessidade de aprimorar os processos de monitoramento às exposições aos agrotóxicos, mas também em métodos qualificados para informar e comunicar esses resultados às diferentes categorias populacionais brasileiras.

Eixo 6 - Formação e Capacitação:

Muitas medidas essenciais estão inseridas nesse eixo. Destacamos a necessidade de qualificação das/os diferentes profissionais de Saúde em relação à toxicologia, aos riscos e aos diagnósticos sobre intoxicações por agrotóxicos, uma vez que essa é uma área de conhecimento pouco ou quase nada abordada na formação das/os profissionais de Saúde em todo país.

Isso motiva a formulação de um programa de formação interdisciplinar sobre agrotóxicos, que inclua a ecologia de saberes, valorizando o conhecimento tradicional sobre o ambiente, biodiversidade e saúde popular da agricultura familiar.

A promoção de territórios mais ambientalmente conservados, que por consequência, melhora a produtividade agrícola e as interações ecológicas, resultando em uma sociedade mais saudável.

As medidas propostas no Pronara não prejudicam, em nenhuma hipótese, qualquer atividade econômica vinculada ao agronegócio, ou a outros setores produtivos. Devemos lembrar

que, nas últimas décadas, esse setor econômico vem se posicionando contra políticas públicas que visem pesquisar, evidenciar ou prevenir danos à saúde das pessoas e à biodiversidade. Um exemplo é a própria recusa do Ministério da Agricultura em aprovar o lançamento do Planapo e do Pronara em 2015. As iniciativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para revisar a toxicologia de agrotóxicos altamente tóxicos (RDC 10/2008), que contaram com o apoio técnico científico da Fiocruz (entre 2009 e 2013), também foram acompanhadas de grande pressão do MAPA para que agrotóxicos como Endossulfam, Metamidofós e Cihexatina permanecessem no mercado, sob a alegação de que culturas como soja, milho e feijão seriam inviabilizadas se essas substâncias fossem retiradas. Essa conjectura não se concretizou nas décadas seguintes.

Nesse sentido, a Fiocruz reitera seu apoio ao lançamento do Terceira Planapo, com a incorporação do Pronara no seu escopo.

Os links a seguir direcionam para produções e colaborações científicas da Fiocruz relacionadas à temática dos agrotóxicos e seus impactos:

1. [pronara-programa-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-aprovado-por-merito-na-cnapo-em-agosto-de-2014.pdf \(fiocruz.br\)](#)
2. [Dossie Abrasco - Um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos.](#)
3. [Saúde do Campo e Agrotóxicos](#)
4. [Dossie contra o Pacote do Veneno em defesa da vida](#)
5. [Caderno de Estudos Saúde e Agroecologia - vol. 1 - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
6. [Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia da Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
7. [Relatorio-Territorio-Ambiente-e-Saude-dos-Povos-Indigenas---Vidas-e-Politicas-Publicas-em-Continuo-Estado-de-Emergencia.pdf \(abrasco.org.br\)](#)
8. [Vivendo em territórios contaminados: Um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado \(campanhacerrado.org.br\)](#)
9. [Coleção Saúde, Ambiente e Sustentabilidade - volume 2 Agrotóxicos e Saúde](#)
10. [Toxicologia crítica aplicada aos agrotóxicos perspectivas em defesa da vida. 2022..pdf \(inca.gov.br\)](#)
11. [Situação regulatória internacional de agrotóxicos com uso autorizado no Brasil: potencial de danos sobre a saúde e impactos ambientais](#)
12. [SciELO - Brasil - Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer Exposição ocupacional a agrotóxicos e alterações hematológicas: Estudo transversal em moradores rurais do Sul do Brasil](#)
13. [COMUNICADO DO GT AGROTÓXICOS E SAÚDE DA FIOCRUZ AOS SENADORES DA REPÚBLICA E À POPULAÇÃO Gravidade para a Saúde Pública decorrente da aprovação do PL 6.299/2002](#)

14. [Curso de Saúde e Agrotóxicos fortalece o SUS no campo e debate impactos na saúde humana \(fiocruz.br\)](#)
15. [Terra envenenada – Radis Comunicação e Saúde \(fiocruz.br\)](#)
16. [Nota técnica - Falacias da PL do Veneno](#)
17. [Série Campos Águas e Floresta - Os riscos da exposição aos agrotóxicos - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
18. [Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos: agroecologia como alternativa sustentável \(fiocruz.br\)](#)
19. [Agroecologia na Fiocruz: iniciativa é componente central na agenda estratégica da instituição](#)
20. [Curso de Regulação dos agrotóxicos - formação para o fortalecimento da vigilância popular em saúde \(fiocruz.br\)](#)
21. [Recomendações para o reconhecimento do dano e adoção de medidas em casos de contaminação ambiental e exposição humana decorrentes da pulverização aérea de agrotóxicos: o caso do assentamento Santa Rita de Cássia II, Nova Santa Rita/RS - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
22. [Nota Técnica PL Agrotóxicos - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
23. [Nota Técnica sobre a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos no Ceará - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#)
24. [Presença de agrotóxicos em água potável no Brasil: Parecer técnico do GT de Agrotóxicos da Fiocruz para a Revisão do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, para o parâmetro “agrotóxicos”](#)
25. [Nota-Tecnica-Agrotoxicos-exposicao-humana-dano-a-saude-reprodutiva-e-vigilancia-da-saude.pdf \(abrasco.org.br\)](#)
26. [Relatório Projeto Saúde reprodutiva e a Nocividade dos Agrotóxicos.](#)

22 de agosto de 2024.

Grupo de Trabalho Agrotóxicos e Saúde

Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)